

Tendo como foco apreciar as possíveis implicações da parceria escola e empresa para o sistema público de ensino, são explorados materiais e artigos que abordam esta relação, particularmente aqueles divulgados na grande imprensa. Também são caracterizadas as propostas voltadas para o incentivo da parceria escola – empresa elaboradas no âmbito dos governos do estado de São Paulo (1987-1999). Questiona-se a conveniência social da adoção dessa parceria, enquanto linha de política educacional.

Palavras-chave: Parceria escola - empresa - Política educacional - Relação público-privado



This work attempts at focussing on possible implications of partnerships between schools and enterprises within the government school circuit. Printed material and articles, especially those divulged in the press that treat this theme were explored as were proposals elaborated by the governments of the State of São Paulo (Brazil) that deal with school-enterprise partnerships.

Key words: School-enterprise partnerships Educational policy Public/private relationship.

Escola e Empresa Parceria de Futuro?

Sandra M. Zákia
L. Sousa

Professora da Faculdade de
Educação da USP

A partir do suposto de que o Poder Público é incapaz de gerenciar e financiar a educação e em nome da busca de maior eficiência e produtividade do sistema educacional, assistimos, nos anos 90, a propostas governamentais que, pretensamente, visam o aprimoramento da gestão. Uma dessas iniciativas diz respeito a mobilizar a sociedade para participar da construção de um sistema público de melhor qualidade. Tal participação tem se traduzido, por um lado, na implantação de mecanismos de gestão colegiada nos sistemas de ensino e nas unidades escolares e, por outro lado, na solicitação de provisão direta ou indireta de recursos financeiros, materiais e/ou humanos.

A sociedade e particularmente o empresariado vêm sendo convocados pelo Estado para contribuirem na melhoria do sistema público de ensino, como condição para viabilizar o seu ajustamento à globalização da economia e às novas formas de organização da produção e dos processos de trabalho. À educação é atribuído papel estratégico, constituindo-se como fator produtivo.

No Brasil, assim como em outros países da América Latina, os governantes têm estimulado, diversas formas de colaboração das empresas com a educação, que vão desde a oferta de escolaridade inicial ou complementar aos empregados e/ou aos seus filhos, até o desenvolvimento de ações, esporádicas ou não, no sistema público de ensino.

Também os empresários vêm expressando um crescente interesse pela educação, o que pode ser notado em manifestações na imprensa ou mesmo em propostas mais estruturadas que são divulgadas por meio de documentos especificamente volta-

dos para a questão educacional, como o elaborado pelo Instituto Herbert Levy, da Gazeta Mercantil, com o apoio da Fundação Bradesco, intitulado "Educação Fundamental e Competitividade Empresarial - uma proposta para a ação do governo".

A constatação desse movimento, tanto por parte dos governos federal e estaduais, quanto do empresariado, estimulou o desenvolvimento de uma investigação, no âmbito do estado de São Paulo, com o objetivo de mapear e caracte-

ração escolar, que têm tido maior visibilidade junto aos educadores e àqueles que têm acesso à imprensa escrita, retomando algumas matérias e artigos divulgados em anos recentes.

Estes têm, em geral, como foco o clamor ao empresariado para ser co-responsável pela viabilização da qualidade do ensino, bem como a divulgação de experiências em realização. Embora de modo sucinto, as matérias mencionadas a seguir são ilustrativas.

Em novembro de 1993, a Folha de S. Paulo publica duas extensas matérias sob os títulos "Investir em educação alavanca lucros" e "Projeto mostra como 'adotar' escola". A primeira afirma, no início, que "um punhado de empresas

A sociedade e particularmente o empresariado vêm sendo convocados pelo Estado para contribuirem na melhoria do sistema público de ensino.

rizar parcerias entre escolas públicas estaduais e empresas¹. Além do levantamento das experiências de parceria ocorridas em 1996 e 1997, também foram identificadas iniciativas desencadeadas pelo governo estadual, a partir de 1987, quando constatamos uma proposta sistematizada de chamamento do empresariado a realizar ações voltadas para a melhoria do sistema público de ensino.

O propósito deste texto é explorar alguns argumentos que têm tido maior visibilidade junto aos educadores e àqueles que têm acesso à imprensa escrita, quanto à participação do empresariado na educação escolar. Matérias e artigos divulgados em anos recentes são retomados, bem como faz-se uma caracterização das propostas governamentais, que vêm sendo elaboradas no âmbito estadual, voltadas para o incentivo da parceria escola-empresa. Alguns argumentos sobre possíveis implicações desta prática para o sistema público de ensino são apresentados.²

O Empresariado e a Educação: Manifestações Recentes

Procuramos identificar os argumentos, relativos à participação do empresariado na edu-

cação escolar, que têm tido maior visibilidade junto aos educadores e àqueles que têm acesso à imprensa escrita, retomando algumas matérias e artigos divulgados em anos recentes. A sociedade e particularmente o empresariado vêm sendo convocados pelo Estado para contribuirem na melhoria do sistema público de ensino.

brasileiras decidiu aderir ao credo que já orienta corporações do Primeiro Mundo, segundo o qual cada dólar aplicado em educação reverte em US\$100 de lucro quando se qualifica a mão-de-obra". No decorrer do texto argumenta-se que "investir em educação é estratégico porque o país hoje enfrenta a concorrência internacional". A partir de considerações dessa natureza, descrevem-se ações já em desenvolvimento por algumas empresas, e os resultados considerados positivos. A segunda matéria destaca a iniciativa de Oscar Motomura, sócio de uma empresa de consultoria, que decidiu, em 1988, "levar à prática suas idéias de como consertar as mazelas da educação". Informa sobre como o empresário procedeu para adotar uma escola municipal de São Paulo e divulga um quadro, elaborado pela empresa de consultoria, com recomendações aos empresários sobre "como adotar uma escola". (F.S.P., 14 nov./93, p.1-16 e 1-17).

Em artigo intitulado "Educação: exigência da economia contemporânea" o deputado federal Aloisio Mercadante (PT/SP) destaca, no parágrafo final, que "precisamos de uma revolução na educação, novos instrumentos de financiamento do ensino público, onde as empresas privadas assumam com maior responsabilidade o desafio histórico de universalizar

¹ Esta pesquisa contou com o apoio financeiro da FAPESP.

² Considerando os limites deste texto, não exploramos todos resultados obtidos com o mapeamento e caracterização das parcerias escola-empresa no estado de São Paulo. O Relatório desse estudo encontra-se disponível na biblioteca da FEUSP. Trabalho apresentado na ANPES/98 contempla alguns desses resultados.

o ensino fundamental" (Folha de S.Paulo, 25 ago./93, p.1-3).

Carlos Estevam Martins, em março de 1994, então Secretário de Educação do Estado de São Paulo, divulga o artigo "Três idéias para a escola pública", no qual destaca a parceria empresa-escola, afirmando: "A consciência de que a crise do ensino público não nasceu nem se resolverá exclusivamente no âmbito do Estado fundamenta o conceito de parceria com o setor privado - que já vem despertando o interesse, quando não iniciativas espontâneas, de empresários preocupados com o reerguimento da educação pública" (Folha de S.Paulo, 24 mar./94, p.1-3).

"Empresas 'adotam' escolas públicas" é o título de reportagem que divulga resultados obtidos com a parceria entre empresas privadas e escolas públicas do Estado de São Paulo, apontadas como "excelente opção para salvar o ensino público da falência" (Folha de S.Paulo, 12 jul./94, Especial p.A1). Na mesma reportagem, matéria intitulada "PNBE orienta interessados" informa que o "grupo de Educação do PNBE (Pensamento Nacional de Bases Empresariais) criou um projeto de parceria entre empresas e escolas públicas para orientar os empresários interessados em adotar uma escola".

Integrando matéria sobre educação, a Revista Veja, em fevereiro de 1995, apresenta considerações sobre formas de financiamento e gestão da escola implementadas por poderes públicos, dentre as quais a parceria empresa-escola, apresentada com o subtítulo "Privatização Branca". Embora este subtítulo sugira uma abordagem da parceria empresa-escola divergente da até aqui evidenciada, isto não se concretizou no texto, que procurou destacar quão "longe da escola" estão os empresários, relatando iniciativa do governo de São Paulo, desencadeada há quatro anos, por meio da Secretaria de Educação. Na ocasião, a Secretaria "estabeleceu um cardápio com vinte propostas de parceria", distribuído a 5.000 empresários com uma ficha para que

assinassem a proposta que lhes parecesse mais conveniente: o "nível de adesão dos empresários paulistas foi zero". Após tal informação, há referências a "bons exemplos isolados" de empresas que desenvolveram ações em parceria com o poder público (Veja, 15 fev./1995, p.23-4).

Gilberto Dimenstein, a partir do entendimento de que "só o governo não vai conseguir elevar o nível de ensino", afirma que "a grande missão do empresariado, hoje, é montar esquemas de adoção de escolas em parceria com o poder público. Isso se quiser ter bons trabalhadores e aumentar seus lucros" (Folha de S. Paulo, 29/mar./95).

Sobre a parceria da Câmara Americana do Comércio e escolas públicas, Cristiane Barbieri, destaca no Jornal O Globo (13/mar./95, p.12) que a parceria de escolas com a iniciativa privada é um meio para melhorar a qualidade de ensino, observando que nas escolas onde se desenvolvia o projeto da Câmara as reprovações diminuíram.

Ainda sobre as ações da Câmara Americana, matéria da Gazeta Mercantil (06/jan./95), sobre "Um programa pela qualidade no ensino", informa que o custo-aluno neste programa era cerca de "12% do que o Estado gasta por aluno ao ano".

A atuação da Câmara Americana tem grande divulgação na imprensa,³ tendo sido inclusiva citada em entrevista de Paulo Renato Souza, Ministro da Educação, em que afirma: "há escolas quebradas, mas há experiências em que a própria sociedade ensina que se pode melhorar". Cita como exemplos a "adoção" de escola

Várias empresas brasileiras aderiram ao credo de que cada dólar aplicado em educação reverte em US\$100 de lucro quando se qualifica a mão-de-obra.

las pela Câmara, com envolvimento de grandes empresas, e a adoção de escolas pelo comércio local -padeiro, dono de oficina mecânica, pelo supermercado- referindo-se a uma escola de Campinas/SP (O Estado de S. Paulo, 05/fev./

³ Localizamos mais de quarenta artigos, em jornais e revistas de circulação nacional, que fazem referência à atuação da Câmara Americana de Comércio Brasil-Estados Unidos.

95, p.A-19). Vale lembrar que a proposta de governo do presidente Fernando Henrique Cardoso prevê, dentre as medidas anunciadas para a educação, uma atuação “junto ao Congresso Nacional para que a legislação educacional possa prever mecanismos flexíveis, que permitam (...) a criação de canais de participação e formação de parcerias e alianças em torno de compromissos efetivos da sociedade civil com a gestão de um ensino de qualidade” (p.117).

Embora não se referindo exclusivamente à educação, cabe mencionar o artigo “Empresa pública e cidadã”, de Herbert de Souza, publicado na Folha de S.Paulo (26/mar./97, p.2-2), por sua repercussão, provocando, inclusive, a reação de empresários. Herbert de Souza chama a atenção das empresas brasileiras para sua “dimensão social”, propondo que passem a publicar um balanço social, entendido como “um instrumento colocado na mão de empresários para que possam refletir, medir, sentir como vai tal empresa, o seu empreendimento no campo social”. Embora registre o fato de várias empresas no Brasil já desenvolverem programas sócio-culturais, observa que “para a grande maioria dos empresários (...) o conceito de balanço social ainda é novo.

Comentando tal proposta, neste mesmo dia, o jornal informa sobre encomenda de estudos visando um balanço sobre a filantropia empresarial, feita pelo programa Comunidade Solidá-

rial e regional divididos por temas como saúde, educação e meio ambiente” (Folha de S. Paulo, p.2-16).

Dois artigos foram escritos, no mesmo jornal, em reação à proposta de criação do “balanço social”. O primeiro, em 29 de março/97, de Ricardo Young, empresário e coordenador do PNBE (Pensamento Nacional das Bases Empresariais)⁴, cobra “transparência do governo”, observando que “a iniciativa privada, obrigada pelo governo, já está contribuindo compulsoriamente com uma série de ações das quais, infelizmente, não vem recebendo a mínima satisfação”. Acrescenta que não se pode colocar o empresariado como “bode expiatório da omissão de ações sociais que não são de sua responsabilidade”.

O outro artigo, publicado em 01 de abril/97, p.1-3, é de Evelyn Berg Ioschpe, diretora da Fundação Iochpe e presidente do Gife (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas), que reúne quarenta “empresas-cidadãs”⁵. Comenta que a importância de propor o balanço social das empresas “está em reconhecer esse novo ordenamento do processo social, em que o Estado se encolhe e abre espaço para que os cidadãos tomem parte da construção social”. Observa, no entanto: “claro está que, se o Estado reconhecesse esse encolhimento e criasse as necessárias facilidades para transferir o ônus à sociedade civil, estariámos diante de uma forte decisão pelo desenvolvimento social sustentado”. Alega que os empresários vêm sendo duplamente taxados e informa sobre investimentos que as empresas têm feito em educação, saúde, moradia, cultura e meio ambiente. Diz, ainda:

“Estamos tateando nesse know-how específico, que é como transferir capacitação empresarial para a realidade social, mas avançamos - e muito rapidamente”.

Empresários expressam já estar contribuindo compulsoriamente para viabilizar ações no âmbito social que não são de responsabilidade do governo.

ria, do governo federal. Seu objetivo “é publicar essa base de dados na Internet”, informações essas que “podem evoluir para a formação de um balanço anual e daí para rankings nacio-

⁴ O PNBE foi criado em 1987, por um grupo de empresários que se colocavam como oposição à orientação assumida pela FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), como expressão “de uma nova consciência do empresariado”, tendo como vocação básica “a luta pelo desenvolvimento econômico, social e cultural do país” (Documento PNBE/1995). É hoje uma associação de abrangência nacional.

⁵ Integram o Gife: Fundação Abrinq, Acesita, Bradesco, Brascan, Cargill, Clemente Mariani, Educar, Esquel, Ford, Feac, Iochpe, Jaime Câmara, José Elias Tajra, José Silveira, Kellogg, Macarthur, Maurício Sirotsky Sobrinho, Santista, O Boticário, Orsa, Odebrecht, Patrícia Buildner, Projeto Pescar, Roberto Marinho, Romi, Rômulo Maiorana, Varga, Victor Civita, Instituto Abrasso, Alfa-Real, Ayrton Senna, Alcoa, Ashoca, C&A, Equatorial, Herbert Lewy, Itaú, Vitae, IBM, Xerox.

Procuramos registrar, mesmo que de modo resumido, a polêmica criada a partir da proposta do "balanço social" porque entendemos que, no limite, ela sugere um embate quanto ao papel do Estado no atendimento dos direitos sociais, e, mais nitidamente, expressa como os empresários tendem a ver sua atuação nesta área. As manifestações dos empresários mostram o entendimento de já estar contribuindo, compulsoriamente, e em alguns casos por iniciativa própria, para viabilizar ações no âmbito social, que são de responsabilidade do governo. Ao que parece, a perspectiva é não intensificar os investimentos nessa área, mas transferir a lógica da economia privada para a realidade social, como sugere Ioschpe.

Os aspectos evidenciados, por meio das matérias destacadas, explicitam posições tais como: investir em educação básica gera maior produtividade, educação é exigência da economia contemporânea, ineficácia e ineficiência das ações governamentais, necessidade de novas fontes de financiamento do ensino público, transferência de critérios de eficiência da economia privada para a gestão da área social.

Alguns desses aspectos constam do documento elaborado pelo Instituto Herbert Levy, "Ensino Fundamental & Competitividade Empresarial: uma proposta para a ação do governo" (1993), no qual há um capítulo intitulado "As empresas que ajudam as escolas e a educação". São três as razões apontadas para a participação do empresário no trato das questões da educação e da escola fundamental: a) "familiarizar o empresário com essa importante questão", b) "no estado atual da educação brasileira, é importante complementar a ação do governo, criar formas alternativas de solução e experimentar novas idéias"; c) "é a empresa quem mais ganha quando a sociedade em geral e a comunidade onde se insere melhoram o seu padrão educacional (...) é, ao mesmo tempo, filantropia e defesa dos seus próprios interesses econômicos". Tal documento

inclui também uma série de proposições relativas à gestão educacional, com vistas a um "sistema de controle de qualidade das escolas", que se traduz em medidas como: sistema nacional de avaliação, testes de avaliação das competências básicas dos alunos, garantia de um padrão mínimo de recursos e insumos às escolas.

A aproximação empresa e escola vem gradualmente se fortalecendo em âmbito internacional, podendo significar "um prenúncio de coisas por vir".

Manifestações do empresariado quanto a questões educacionais, em especial sobre o ensino básico, aqui mencionadas de modo ilustrativo, podem ser compreendidas como expressão de um movimento internacional. Particularmente nos anos 90, a educação tem sido considerada central nas proposições de organismos internacionais, como o Banco Mundial, UNESCO, UNICEF, a partir do reconhecimento do caráter nuclear da educação e da produção de conhecimento no processo de desenvolvimento, em um contexto de competitividade internacional.

Expressão desse movimento, na América Latina, é a proposta da CEPAL e UNESCO para o continente, "Transformação Produtiva com Equidade"⁶, onde são delineados os "contornos da ação política e institucional capaz de favorecer o vínculo sistêmico entre educação, conhecimento e desenvolvimento".

Dentre as diversas ações elencadas para implementação da estratégia e políticas propostas, destacamos uma: "compromisso financeiro da sociedade com a educação", pois aí se expressa de modo claro a perspectiva de mobilização de fontes privadas para financiamento do ensino. Veja-se esta afirmação: "Uma solução para aumentar, de uma só vez, o montante e a estabilidade do financiamento da educação é a diversificação de fontes. Na América Latina e Caribe os recursos públicos são responsáveis pela maior parte do financiamento da educação e capacitação técnico-profissional,

⁶ O documento CEPAL / UNESCO, Equidad y transformación productiva: um enfoque integrado, Santiago do Chile, 1992, foi traduzido e publicado pelo IPEA/INEP em 1995.

havendo portanto espaço para que cresça a contribuição do setor privado (famílias e empresas)".(p.302).

Observando que, embora "a educação básica e média continuará sendo realizada com recursos públicos", constata a existência de exemplos, em vários países, de contribuições do setor produtivo. É reproduzido no documento em questão um Projeto de Lei do Uruguai,

Além da possibilidade de obtenção de isenção de impostos, é possível ao empresariado investir no sistema escolar como espaço lucrativo.

que dispõe sobre mecanismos de estímulo às empresas para "patrocinarem escolas públicas da áreas pobres, mediante doações passíveis de dedução de determinados impostos" (p.303).

Também no Chile há uma lei que permite aos empresários realizarem descontos tributários caso financiem projetos educativos⁷. Comentando o seu impacto, após dois anos e meio de sua promulgação, Martinic (1996,p.13) observa que esta lei permitiu um fluxo importante de recursos, no entanto menor que o esperado.

Em realidade, a aproximação entre empresa e escola é um movimento que vem gradualmente se fortalecendo em âmbito internacional, podendo significar "um prenúncio de coisas por vir", como a "éтика da privatização e da educação redirecionada para o lucro"(Apple, 1997, p.26). Apple faz este comentário ao analisar como vem se dando nos Estados Unidos a "cooperação" entre a escola e a indústria, quando relata um programa de notícias de televisão, produzido comercialmente, que está sendo veiculado em milhares de escolas. A *Whittle Communications*, assina um contrato com sistemas escolares que "assegura às escolas o recebimento 'grátis' de equipamento - uma antena parabólica, dois aparelhos de videocassete e em média um televisor colorido para cada sala de aula - que lhes possibilitará receber os programas veiculados. Ao mesmo tempo as escolas devem garantir que 90% dos alunos as-

sistirão às emissões por 90% do tempo previsto. Os dez minutos de 'notícias' e os dois minutos de comerciais deverão ser assistidos todos os dias letivos, por três a cinco anos, como parte do contrato" - estes selecionados pelos critérios da empresa "Forma-se uma parceria empresa/escola, na qual as empresas alcançam lucro e legitimidade, enquanto as escolas conseguem equipamento e os alunos/as se tornam 'cidadãos informados'"(Apple, 1997, p.144/168).

Esta iniciativa evidencia que, para além da possibilidade de obtenção de isenção de impostos, é possível ao empresariado investir no sistema escolar como espaço lucrativo.

Reconhecendo que no Brasil as parcerias escola-empresa tendem a ganhar importância no âmbito das políticas educacionais, entendemos ser necessário o desenvolvimento de estudos que possibilitem compreender como vêm se delineando as propostas governamentais e que tipo de respostas vêm sendo dadas pelo empresariado, buscando apreender se estas se configuram como uma das estratégias capazes de redefinir o público e o privado na educação.

Nessa direção, caracterizamos a seguir iniciativas desencadeadas por governos do estado de São Paulo, com vistas a incentivar a aproximação escola-empresa.

Propostas Governamentais de Estímulo à Parceria no Estado de São Paulo

A partir do final da década de 80, os governos estimularam as parcerias entre as escolas da rede estadual e empresas. Inicialmente, a idéia era a de "adoção de escolas", posteriormente a de parceria, sugerindo uma relação mais igualitária entre as partes.

Durante o governo Quêrcia /PMDB (1987-1990), foi lançado o Programa "Adote uma Escola", destinado a incentivar empresas a apoiar financeiramente escolas públicas, contribu-

⁷ Lei nº19.247, publicada no Diário Oficial (Chile), de 15 de setembro de 1993.

indo com recursos materiais para reparos e manutenção do prédio escolar, com complementação do quadro de funcionários e, até mesmo, complementação salarial de professores.

Em 1994, no governo Fleury /PMDB (1991-1994), é divulgado o documento "Programa de Parceria Empresa-Escola Pública", que apresenta objetivos e premissas dessa parceria, sugere formas de atuação e divulga quatro experiências existentes, na época, de parcerias entre empresas e escolas.

Os objetivos expressos indicam que um caminho a ser fortalecido, na busca da melhoria da qualidade de ensino, é a parceria, visando a:

- "Facilitar e ampliar a participação de empresários e agentes da comunidade na gestão do ensino público.
- Captar recursos financeiros e aprimorar seu gerenciamento em benefício da Escola Pública.
- Regionalizar ações e desenvolver mecanismos que facilitem a interação Escola-Comunidade".

As premissas que orientaram a organização desse Programa foram: a necessidade de descentralização da gestão educacional, frente ao gigantismo da Secretaria da Educação; a busca de um modelo de gestão mais adequado às necessidades do país e o estímulo à participação da comunidade na gestão dos recursos alocados na educação.

Também no governo Covas /PSDB (1995-1998, com continuidade a partir de 99) há iniciativas na direção do fortalecimento de ações de parceria empresa-escola. Um documento informativo registra as proposições sobre o Programa, posteriormente normatizado na Resolução SE-234, publicada em 02/10/95, no Diário Oficial do Estado.

Os motivos que levaram à Resolução SE-234/95, que dispõe sobre "Escola em Parceria", são apresentados a seguir:

"a responsabilidade do Estado em definir formas para mobilizar parceiros com o objetivo de desencadear um processo efetivo de recuperação da qualidade de ensino;

- a importância da educação para o desenvolvimento social e econômico do Estado;
- a importância da participação da sociedade no processo de recuperação e melhoria da qualidade do ensino público paulista;
- a necessidade de descentralizar e desconcentrar ações de forma a propiciar a autonomia da gestão a nível local."

Tal Resolução define também parâmetros e uma sistemática para a formalização da parceria, indicando:

- quem são os interlocutores na escola: Associação de Pais e Mestres (APM) e Conselho de Escola;
- natureza de ações que poderão ser desencadeadas, que vão desde a conservação do prédio e equipamentos escolares até programa de capacitação da equipe escolar;
- previsão de coordenação do Programa pela ATPCE (Assessoria Técnica de Planejamento e Controle Educacional);
- competências das entidades da sociedade civil que firmarem parceria.

Acompanha a Resolução um modelo de Protocolo de Intenções para formalizar a Parceria entre a APM e a entidade parceira.

Antecedendo a publicação da Resolução SE 234/95, a Secretaria de Educação divulgou, em setembro de 1995, um documento sobre o Programa "Escola em Parceria" que informa seus objetivos, descreve as competências da Secretaria da Educação e dos Parceiros, sugere formas de atuação, registra alguns exemplos de parcerias e indica os passos para a realização

Gradualmente vem se explicitando uma perspectiva de delegar, a cada escola, a responsabilidade de viabilizar recursos para melhoria de suas condições.

da parceria. Este documento expressa os pressupostos e a sistemática do Programa, o que foi posteriormente normatizado na Resolução SE 234/95.

Considerando as iniciativas desses governos paulistas, observa-se a tendência de estimular o fortalecimento de ações em parceria com entidades da sociedade civil para o provimento de recursos e a participação da gestão

do sistema público de ensino, como forma de construção de uma escola de qualidade. Comparando-se as proposições elaboradas, observa-se que a perspectiva de parceria, por parte do governo, vem sendo ampliada e articulada, por meio de um discurso sobre a necessidade de autonomia da escola.

No governo Quêrcia a proposição era direcionada para empresas, com o objetivo de angariar recursos financeiros para melhorar

A proposição da parceria por parte do governo, assentada na propósito de descentralização, é expressão de uma nova concepção sobre o papel do Estado na educação.

as condições do prédio escolar, ou mesmo, salariais dos professores. Esta linha de atuação apontava para a adoção da escola pela empresa, visando o suprimento de recursos financeiros, colocando para a escola a necessidade de tomar iniciativas com vistas a buscar recursos para melhorar suas condições de funcionamento.

O programa de parceria empresa-escola pública, no governo Fleury, mantém a finalidade de captação de recursos junto a empresas, mas amplia o escopo desta parceria. Apresentado como uma das estratégias de descentralização da gestão educacional, aponta para a possibilidade da participação de empresários na gestão do ensino público, abrindo-se assim a possibilidade de virem a intervir na organização do trabalho escolar.

As proposições divulgadas no governo Covas direcionam-se não especificamente ao empresariado mas à sociedade, embora os exemplos citados no documento "Escolas em Parceria" centrem-se em ações de empresas. Assim como no documento do governo Fleury, esta iniciativa é justificada pela necessidade de descentralizar ações, acrescida da intenção de "propiciar autonomia da gestão a nível local", bem como do destaque à "importância da educação para o desenvolvimento social e econômico do Estado".

Nota-se que, gradualmente, vem se explicitando uma perspectiva de delegar, a cada escola, a responsabilidade de viabilizar recursos junto à sociedade para a melhoria de suas condições, apoiada em padrões de gestão da

educação que enfatizam a importância da autonomia administrativa e financeira da escola. É o empresariado o segmento social mais diretamente convocado para prover auxílios financeiros, com o agravante de abrir, também, a possibilidade de virem a trazer para as instituições educacionais os critérios de organização empresariais, visando torná-las mais eficientes e produtivas.

Veja-se que a privatização se coloca, ao menos no caso do ensino fundamental, não na perspectiva de retirada do financiamento público e transferência para o âmbito privado mas sim na de complementação de

recursos. Além desta, também fica evidente a perspectiva de adoção de uma lógica privada na gestão educacional; por um lado, ao pretender a apropriação dos critérios de organização empresariais pela escola, por outro, ao prever um mecanismo de gestão do sistema que potencialmente gerador de uma diferenciação entre as escolas, fragmentando o sistema de ensino e acirrando as desigualdades.

A proposta de parceria por parte do governo, enquanto linha de política educacional, assentada no propósito de descentralização do ensino, é expressão de uma nova concepção sobre o papel do Estado na educação. Sob o argumento da necessidade de "autonomia da escola" esta é estimulada a buscar recursos que possibilitem uma alteração em suas condições de funcionamento. Se olharmos esta proposta simultaneamente com a sistemática de avaliação do ensino público, em implementação no Estado de São Paulo, potencialmente estimuladora da competição entre as escolas, notamos que elas se articulam para responsabilizar individualmente as escolas pelo sucesso ou fracasso que se constate.

Outro aspecto a observar é o destaque dado pela Resolução SE- 234/95 à importância da educação para o desenvolvimento social e econômico da sociedade. Também no discurso do empresariado fica evidente a valorização da educação básica como meio de preparação do trabalhador frente aos atuais requisitos do processo produtivo.

Sem dúvida, as transformações no proces-

so produtivo, que decorrem das mudanças tecnológicas e organizacionais no trabalho, no contexto de uma nova ordem mundial caracterizada sobretudo pela globalização da economia, refletem-se na qualificação exigida do trabalhador para sua inserção no mercado de trabalho. No entanto, este mercado de trabalho está cada vez mais excludente e certamente

demandando uma educação de qualidade para parcela reduzida de trabalhadores, comportando, portanto, a idéia de diferenciação da qualidade de ensino a ser oferecida pelas escolas de um mesmo sistema de ensino.

Resta saber se é essa "parceria de futuro" que a sociedade brasileira necessita e almeja. Quer nos parecer o contrário.

BIBLIOGRAFIA

- APPLE, M. W. *Conhecimento Oficial: a educação democrática numa era conservadora*. Petrópolis, RJ: vozes, 1997.
- BARRETO, A. et. al. *Sistema Educativo Cultural: uma visão prospectiva*. In Para a Década de 90: Prioridades e Perspectivas de Políticas Públicas. Relatório IPAN/IPEA, Brasília, março de 1990.
- BRUNO, L. (org.) *Educação e Trabalho no Capitalismo Contemporâneo* São Paulo: Atlas, 1996
- CARDOSO, F.H.. *Mãos à obra Brasil: proposta de governo*. Brasília:s.ed.,1994.
- CARVALHO, R.Q. *Capacitação Tecnológica, Revalorização do Trabalho e Educação*. em FERRETTI, Celso e outros (org.). *Novas Tecnologias, Trabalho e Educação. Um debate multidisciplinar*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994
- CASTRO, C. de M. *Educação Brasileira: consertos e remendos*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- CEPAL.UNESCO. *Educação e Conhecimento: eixo da transformação produtiva com eqüidade*. Brasília: IPEA/CEPAL/INEP, 1995.
- COSTA, M. *Crise do Estado e crise da educação: influência neoliberal e reforma educacional*. Educação e Sociedade.Campinas-SP,n.49,dez. 1994.
- CUNHA, L. A. *Educação, Estado e Democracia no Brasil*. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1991.
- DRAIBE, S. *As Políticas Sociais e o Neoliberalismo em Dossiê Liberalismo/ Neoliberalismo*, Revista USP, nº 17, março, abril, maio de 1993.
- DRAIBE,S. *Qualidade de Vida e Reformas de Programas Sociais: O Brasil no Cenário Latino-americano*. Lua Nova nº 31, 1993. CEDEC. São Paulo
- FAUNDEZ, A.(org.) *Educação, desenvolvimento e cultura*. São Paulo: Cortez, 1994.
- FINEP/MCT-GAZETA MERCANTIL/INSTITUTO HERBERT LEVY *Educação para a Competitividade* 3 Vols. (1- Objetivos; 2- Experiências; 3- Depoimentos; 4- Kit de Adesão). 1995
- FUNDAÇÃO ABRINQ *Programa Empresa Amiga da Criança* Folheto Explicativo. Maio /1995
- GENTILI, P.A.A. e SADER, E. (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- GIROUX, H. e SIMON R. *Cultura popular e pedagogia crítica: a vida cotidiana como base para o conhecimento curricular* In MOREIRA, A.F., TADEU da SILVA T.(orgs.).*Curriculum, cultura e sociedade*. São Paulo:Cortez,1994.
- GOMES, C e SOBRINHO J. A. *Qualidade, Eficiência e Equidade na Educação Básica* IPEA, Brasília, 1992
- INSTITUTO HERBERT LEVY/FUNDAÇÃO BRADESCO *Ensino Fundamental e Competitividade Empresarial. Uma Proposta para a Ação do Governo*. 1993.
- MARTINIC,S. *Empresarios Y Educación: experiencias de colaboración*. Centro de Investigación y Desarrollo de la Educación, Documentos nº,1996.
- MELLO, G. N. de *Cidadania e Competitividade: desafios educacionais do terceiro milênio*. São Paulo: Cortez, 1994.
- MELLO, G. N. de *Escolas Eficazes: um tema revisitado*. Brasília, MEC/SEF, 1994.
- MONFREDINI, I. *Relação de parceria empresa/escola: o projeto "Qualidade no Ensino" patrocinado pela Câmara Americana de Comércio Brasil-Estados Unidos*. São Paulo,1997. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- MOREIRA, A.F.B. & SILVA,T.T. da (orgs.) *Curriculum, Cultura e Sociedade*. São Paulo: Cortez, 1994.
- OLIVEIRA, D.A. e SOUSA, S.M.Z.L. *Curriculum nacional e avaliação: elementos para uma discussão*. Revista de Educação AEC, Brasília, ano 25, n.100, p.148-166, 1996.
- PAIVA, V.& RIBEIRO S. C. *Autoritarismo Social X Democratização do Estado: desafios à educação*. Série Educação para a Cidadania, São Paulo, Instituto de Estudos Avançados, 1993.

- RIBEIRO,S.C. A educação e a inserção do Brasil na modernidade. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.84,1993.
- SÃO PAULO, Resolução SE 234 de 2/10/95, Dispõe sobre Escola em Parceria.
- SÃO PAULO, Secretaria de Estado de Educação, Escola em parceria. São Paulo, 1995.
- SÃO PAULO, Secretaria de Estado de Educação, Programa de Parceria Empresa-Escola Pública. São Paulo, 1994.
- SCHWARTZMAN.S. Educação Básica no Brasil: agenda da modernidade. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.5,n.3set./dez. 1991.
- XAVIER, A., SOBRINHO,J.A. & MARRA, F. (orgs.) *Gestão Escolar: desafios e tendências*. IPEA, Brasília, 1994.